Casa Civil destaca Programa de apoio a pessoas com deficiência e doenças raras, ampliação do teste do pezinho e missões internacionais em 2023

Qui 28 dezembro

Em pouco mais de seis meses de funcionamento, a Secretaria de Estado da Casa Civil lançou o Programa Mineiro de Acessibilidade, Inclusão e Saúde, Promais, para desenvolver ações do Estado em prol das pessoas com deficiência e doenças raras em Minas Gerais. Além de assinar 60 instrumentos para captar quase R\$ 260 milhões em recursos para diversas áreas no estado.

> Para o secretário-chefe de Estado da Casa Civil, Marcelo Aro, apesar de recente, os poucos meses de trabalho já mostram a relevância da Casa Civil para o desenvolvimento de Minas Gerais. "Lançamos o Promais para centralizar e melhorar o atendimento e acesso à saúde, educação das pessoas com doenças raras e deficiências. Dentro do programa, vamos ampliar a Triagem Neonatal, incluindo o diagnóstico de três outras doenças no sistema de saúde de Minas. Conseguimos captar recursos e trouxemos investimentos para o estado. Além de estreitar, ainda mais, o Bruno Cantini/ Divulgação relacionamento de Minas Gerais

com países parceiros, como China, Japão e Estados Unidos da América. Foram poucos meses de trabalho, mas que já podemos ver resultados positivos para Minas e na vida dos mineiros", destaca o secretário-chefe.

A pasta, criada após a publicação do Decreto nº 48.628, em maio deste ano, é responsável por apoiar no relacionamento institucional do governo em todos os níveis, propondo a integração da ação governamental.

É de competência da SCC, a articulação do Executivo estadual com o Governo Federal, o relacionamento com os órgãos de controle externo, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas de Minas Gerais. A Casa Civil também é encarregada de promover o diálogo da sociedade civil com a administração pública, captar recursos junto ao poder Executivo e entidades privadas, além de articular parcerias nacionais e internacionais.

Promais

Antes da criação da Secretaria de Estado da Casa Civil, as ações do <u>Governo de Minas</u> para as famílias e pessoas com deficiência eram descentralizadas, onde cada pasta era responsável por um tipo de atendimento. Com a Reforma Administrativa, a porta de entrada para o acesso aos serviços como saúde e educação desses mineiros se tornou a Casa Civil.

O Programa Mineiro de Acessibilidade, Inclusão e Saúde, Promais, reúne todas as ações elaboradas pelo Governo de Minas em prol das pessoas com deficiência e com doenças raras, e foi lançado em novembro deste ano.

Serão criados 31 parques multissensoriais para aprimorar a rede de cuidados à pessoa com deficiência, no SUS, com destaque para usuários de reabilitação intelectual do Transtorno de Espectro Autista (TEA), em 27 cidades mineiras.

Ao todo serão investidos R\$ 9,3 milhões nas construções dos parques que serão implantados nas Apaes ou outros locais habilitados como Centro Especializado em Reabilitação (CERs).

Também será ampliado o Programa de Triagem Neonatal de Minas Gerais a partir do próximo ano. Com isso, três novos diagnósticos estarão disponíveis, como: a Atrofia Muscular Espinhal (AME); Imunodeficiência Primária Combinada Grave (SCID - Severe Combined Immunodeficiency); e Agamaglobulinemia.

Ainda na luta da SCC pelas pessoas com doenças raras e com deficiência, estão: um ACT com a Defensoria Pública, que permite a de um fluxo de comunicação entre as duas instituições para acelerar o atendimento das demandas das pessoas com doenças raras em Minas; até o momento, 12 famílias já foram assistidas pelo programa.

Alguns exemplos de atendimentos são para pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (AME), Síndrome de Prader-Willi, Síndrome Angelman, Síndrome de Cornélia de Lange, Síndrome de Coffin-Siris e Síndrome de Patau.

Missões internacionais

Após a criação da Secretaria de Estado da Casa Civil, quatro missões internacionais foram organizadas para os Estados Unidos da América, Portugal, Áustria, Itália, China e Japão com foco em atrair investimentos e empregos para os mineiros, além de parcerias institucionais, totalizando R\$ 2,9 bilhões em recursos atraídos, em 2023..

Três importantes acordos internacionais foram firmados entre o Governo de Minas com China, Estados Unidos e Japão com o apoio e organização da Casa Civil.

O mais recente reafirma a parceria entre Minas e EUA no fomento ao intercâmbio e ao desenvolvimento do estado. No último ano, Minas foi o 3º maior estado exportador para os Estados Unidos da América, totalizando US\$ 4,1 bilhões de produtos brasileiros. Já nas importações, o Estado foi o 6º maior importador brasileiro.

Em novembro, dois acordos de cooperação foram assinados. O Governo de Minas e a Província de Yamanashi, no Japão, firmaram um convênio de intercâmbio de tecnologias e culturas, que visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa, causadores do aquecimento global. Com a assinatura do documento, fica estabelecido ações que busquem a cooperação promovendo o uso de energias renováveis, como o hidrogênio verde a partir da geração de energia fotovoltaica, produzido pelos japoneses.

Como Minas Gerais é o maior produtor de energia solar do Brasil, com 7 gigawatts e uma capacidade de chegar a 30 gigawatts, o estado tem um cenário ideal para desenvolver essa tecnologia. O hidrogênio verde substitui o gás natural utilizado em algumas indústrias para gerar energia.

Ainda em missão internacional pelo continente asiático, mais um acordo foi assinado, desta vez, em Xangai, na China. O despacho autoriza a construção de uma unidade industrial da Celer Biotecnologia em parceria com a empresa chinesa Guangzhou Wondfo Biotech, em Montes Claros, no Norte do estado.

O investimento previsto é de R\$17 milhões no período de 2023 a 2026, além de gerar cem novos postos de empregos para os mineiros.

Já na província chinesa de Jiangsu foi celebrado o 27º aniversário do estabelecimento das relações entre o Governo de Minas, na cidade de Nanjing. A empresa XCMG, de Jiangsu, é um exemplo dessa boa relação entre as regiões. Ela está instalada em Pouso Alegre, no Sul de Minas, há nove anos e já investiu mais de R\$1 bilhão. Fora isso, anunciou a expansão com uma nova linha de montagem de caminhões elétricos, durante o encontro.

Por fim, elabora uma proposta para que Minas Gerais receba a Copa do Mundo de Futebol Feminino em 2027.

Captação de recursos

A SCC captou R\$ 259,7 milhões em recursos para o estado em diversas áreas a partir da assinatura de 60 instrumentos de convênios e congêneres.

Na promoção de projetos e obras para Minas Gerais, foram arrecadados R\$ 4,3 bilhões de recursos em convênios. Desses, R\$ 1,3 bilhão foram empregados nas áreas da saúde, educação, cultura e segurança pública no estado.

A SCC também elaborou uma carteira de projetos para o Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do gasto público com o Banco Mundial. A carta foi apresentada à Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), órgão colegiado do Ministério do Planejamento e Orçamento do Governo Federal e aguarda aprovação para início da execução em 2024. A operação prevê o financiamento em US\$ 100 milhões para projetos nos setores de saúde, previdência, recursos humanos, compras públicas, educação e assistência social.

Ademais, a Secretaria de Estado da Casa Civil assinou um protocolo de intenções para execução de projetos prioritários de Minas Gerais em conjunto com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O portfólio apresentado visa a captação de R\$ 56 milhões em recursos cooperados na segurança pública e desenvolvimento social.

Em Brasília

O escritório da SCC representa o Governo de Minas no Poder Executivo Nacional na capital brasileira. Foram cerca de 20 reuniões com Ministérios e diversas conexões. O objetivo não é apenas para atrair recursos para Minas Gerais, mas também para atender as mais de 100 audiências realizadas até o momento.

Com a bancada de deputados federais foram arrecadados R\$ 36 milhões em recursos para Minas Gerais.

Mesa de diálogo

A Secretaria de Estado da Casa Civil também é responsável por acompanhar a mediação de conflitos em Minas Gerais. Em 2023, foram mediadas 72 divergências fundiárias de forma justa e eficiente, sempre buscando um equilíbrio entre o estado e a sociedade.

Um exemplo é a regularização da Ocupação Izidora após dez anos de negociações, onde vivem cerca de 30 mil pessoas.

PAC

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Secretaria da Casa Civil apresentou um portfólio de projetos de aproximadamente R\$ 6 bilhões para viabilizar, junto ao Ministério da Casa Civil, recursos para educação, mobilidade urbana, regulação fundiária, ciências e tecnologia, infraestrutura social inclusiva e outros.